



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004120-47.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **GUILHERME SANTOS**
Requerido: **ENIO CESAR e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido uma motocicleta ao réu **ENIO**, mas ele deixou de pagar a quantia ajustada e, como se não bastasse, ainda deu causa a multa lavrada em seu nome (nome do autor).

Almeja à rescisão do contrato, dispondo-se a restituir ao réu o valor que dele recebeu.

Muito embora os elementos amealhados não deixem claro como se deu o negócio trazido à colação, restou patenteado que o autor efetivamente vendeu uma motocicleta que se encontra na posse do réu **ENIO**.

Por outro lado, tanto esse réu como o corréu **ROGÉRIO** admitiram que não houve o pagamento integral do montante ajustado sem que houvesse justificativa para tanto.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Os réus, ademais, não negaram que a multa cristalizada a fls. 02/03 tenha sido lavrada quando a motocicleta não mais estava em poder do autor.

A conjugação desses elementos basta ao acolhimento da postulação exordial.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo possui orientação assente em proclamar a rescisão do contrato de compra e venda de veículo, com retorno das partes ao *status quo ante*, quando o adimplemento do preço não se perfaz.

Nesse sentido:

“COMPRA E VENDA RESCISÃO CONTRATUAL COM REINTEGRAÇÃO DA POSSE. NÃO QUITAÇÃO DO PREÇO. RESCISÃO DETERMINADA. RESTITUIÇÃO DAS PARTES AO ESTADO DE ORIGEM. DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS PAGAS PELO COMPRADOR COMO ENTRADA PERTINÊNCIA. APELAÇÃO DO RÉU PARCIALMENTE PROVIDA. Não quitado o preço na forma ajustada, procedente a pretensão da vendedora em ver rescindido o contrato, restituindo as partes ao estado de origem, ou seja, com a restituição do veículo por parte do réu à autora e, em contrapartida, com a devolução por parte da autora das quantias paga pela parte contrária” (Apelação 0006656-64.2014.8.26.0201; Relator (a): **PAULO AYROSA**; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Data de Registro: 16/02/2016).

“Apelação. Compra e Venda. Ação de reintegração de posse. Sentença de procedência. Recurso interposto pelo réu. Inadimplência configurada. Reconhecimento pelo réu. Ante a inadimplência do comprador e consequente descumprimento da obrigação contratual, de rigor a resolução do negócio celebrado pelas partes. Argumentos invocados pelo apelante que não são capazes de eximi-lo da obrigação. Retorno das partes ao status quo ante. Súmula nº 03 do E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Reintegração do autor na posse dos veículos, mediante a devolução da quantia desprendida pelo réu para a aquisição dos referidos bens. Ausência de pleito específico de indenização por benfeitorias. Questões atinentes ao conserto do caminhão não conhecidas. Negado provimento ao apelo” (Apelação 0005908-73.2010.8.26.0168; Relator (a): **CARLOS DIAS MOTTA**; Órgão Julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 29/06/2016; Data de Registro: 29/06/2016).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*“Compra e venda. Veículo alienado fiduciariamente. Cessão de direitos. Ação de reintegração de posse. Sentença de parcial procedência. Apelo do autor. Contrato de compra e venda entre particulares envolvendo veículo alienado fiduciariamente. Adquirente que não paga as prestações do financiamento. Esbulho caracterizado. Exclusão, no entanto, da determinação de restituição dos valores pagos porque, não obstante a possessória ter caráter dúplice, não houve pedido do réu para a referida restituição. Recurso provido” (Apelação 3001014- 93.2013.8.26.0201; Relator (a): **MORAIS PUCCI**; Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 20/06/2016; Data de Registro: 20/06/2016).*

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese vertente, presentes aqui os pressupostos que contemplam.

Por oportuno, determino que a restituição aventada pelo autor deverá fazer-se no importe que ele próprio detalhou e será destinada ao réu **ENIO**, que em última análise é o atual detentor da motocicleta.

Assinalo, finalmente, que a busca e apreensão da motocicleta deverá implementar-se de pronto, porquanto agora estão preenchidos os requisitos para que isso se dê.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda tratado nos autos e determinar ao autor que deposite nos autos a quantia de R\$ 1.400,00 para oportuno levantamento por parte do réu **ENIO CÉSAR CABRAL**.

Na forma estipulada na fundamentação da presente, expeça-se de imediato e independentemente do trânsito em julgado desta mandado de busca e apreensão da motocicleta Honda CBX 250 Twister, placa DRX-9074, para entrega ao autor.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 01 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**